



DEP. DOUGLAS FABRÍCIO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CT 212
U. L.
Fla. 01

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 246/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 MAR. 2011

1º Secretário

SÚMULA. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no Estado do Paraná.

Parágrafo único - Entende-se por *bullying* atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo (*bully*) ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Artigo 2º - A violência física ou psicológica pode ser evidenciada em atos de intimidação, humilhação e discriminação, entre os quais:

- I) Insultos pessoais;
- II) Comentários pejorativos;
- III) Ataques físicos;
- IV) Grafitagens depreciativas;
- V) Expressões ameaçadoras e preconceituosas;
- VI) Isolamento social;
- VII) Ameaças;
- VIII) Pilhérias.

Artigo 3º - O *bullying* pode ser classificado em três tipos, conforme as ações praticadas:

- I) Sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- II) Exclusão social: ignorar, isolar e excluir;
- III) Psicológica: perseguir, amedrontar, assustar, intimidar, dominar, infernizar, trançar, chantagear e manipular.

Artigo 4º - Para a implementação deste programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

Artigo 5º - São objetivos do programa:

- I- Prevenir e combater a prática de *bullying* nas escolas;
- II- Capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - Incluir, no Regimento Escolar, após ampla discussão no Conselho de Escola, regras normativas contra o *bullying*;
- IV- Esclarecer sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o *bullying*;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

U.L.
Fla. 02

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

- V- Observar, analisar e identificar eventuais praticantes e vítimas de *bullying* nas escolas;
- VI- Discernir, de forma clara e objetiva, o que é brincadeira e o que é *bullying*;
- VII- Desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e áudio-visual;
- VIII- Valorizar as individualidades, canalizando as diferenças para a melhoria da auto-estima dos estudantes;
- IX- Integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao *bullying*;
- X- Colocar atos de agressão, discriminação, humilhação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência;
- XI- Realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem a convivência harmônica na escola;
- XII- Promover um ambiente escolar seguro e sadio, incentivando a tolerância e o respeito mútuo;
- XIII- Propor dinâmicas de integração entre alunos e professores;
- XIV- Estimular a amizade, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar;
- XV- Orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de *bullying*;
- XVI - Auxiliar vítimas e agressores.

Artigo 6º - Compete à unidade escolar aprovar um plano de ações, no Calendário da Escola, para a implantação das medidas previstas no programa.

Artigo 7º - Fica autorizada a realização de convênios e parcerias para a garantia do cumprimento dos objetivos do programa.

Artigo 8º - A escola poderá encaminhar vítimas e agressores aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios.

Artigo 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Artigo 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de Março de 2011.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

D. L.
Fla. 03

JUSTIFICATIVA

O bullying, palavra de origem inglesa, significa tyrannizar, ameaçar, oprimir, amedrontar e intimidar. A prática já se tornou comum entre os adolescentes. Um problema que começa a ser discutido com mais intensidade diante do aumento da violência escolar.

A preocupação com o bullying é um fenômeno mundial. Pesquisa feita em Portugal, com 7 mil alunos, constatou que 1 em cada 5 alunos já foi vítima desse tipo de agressão. O estudo mostrou que os locais mais comuns da violência são os pátios de recreio, em 78% dos casos, seguidos dos corredores (31,5%).

Na Espanha, o nível de incidência de bullying já chega a 20% entre os alunos. O percentual assusta as autoridades espanholas, que já desenvolvem ações para colir a prática.

A Grã Bretanha também está apreensiva com a maior incidência de ocorrências. Foi apurado, em pesquisa, que 37% dos alunos do primeiro grau das escolas britânicas admitiram que sofram bullying pelo menos uma vez por semana.

O tema desperta o interesse de pesquisadores dos Estados Unidos, onde o fenômeno de violência foge do controle. Estima-se que até 35% das crianças em idade escolar estão envolvidas em alguma forma de agressão e de violência na escola.

Em Colorado (EUA), dois adolescentes do ensino médio mataram 13 pessoas e deixaram dezenas de feridos, em um repentino ataque com arma de fogo. Após o ato, cometeram suicídio. Os agressores sofriam constantes humilhações dos colegas de escola.

No Brasil, não há pesquisas recentes sobre o bullying, muito embora seja evidente o aumento do número de agressões e atos de discriminação e humilhação em ambiente escolar.

Estudo feito pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), em 2002, no Rio de Janeiro, com 5875 estudantes de 5ª a 8ª séries, de onze escolas fluminenses, revelou que 40,5% dos entrevistados confessaram o envolvimento direto em atos de bullying.

No Paraná, faltam estatísticas oficiais sobre esse tipo de agressão.

Como consequência do agravamento das ocorrências de bullying, pais de aluno ameaçam processar a escola, acusando professores e diretores de falta de supervisão. Principalmente em atos de violação dos direitos civis e de discriminação racial ou de assédio moral.

Nas ações, os pais requerem indenizações por danos patrimoniais e morais. A responsabilidade da escola é objetiva, ou seja, não precisa provar a intenção, basta a comprovação da omissão.

O bullying é uma forma de agressão que afeta a alma das pessoas. Pode provocar, nas vítimas, um sentimento de isolamento. Outros efeitos são a redução do rendimento escolar e atos de violência contra si e terceiros.

Em 2004, um aluno de 18 anos de uma escola de Talvã (SP) feriu oito pessoas com disparos de um revólver calibre 38, suicidando-se em seguida. O jovem era obeso e, por isso, vítima constante de apelidos humilhantes. Alvo de gargalhadas e sussurros pelos corredores.

O modo como os adolescentes agem em sala de aula, com a colocação de apelidos nos seus colegas, pode contribuir para que pessoas agredidas não atinjam plenamente o seu desenvolvimento educacional. São atitudes comportamentais que provocam fissuras que podem durar para a vida toda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. 1
Fls. 04

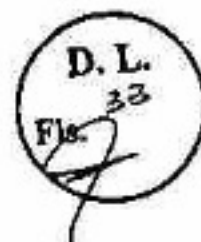
Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

Criar um estigma ou um rótulo sobre as pessoas é como pré conceituá-las, ou seja, praticar o bullying. Além de ser uma agressão moral, é uma atitude de humilhação que pode deixar seqüelas emocionais à vítima. Outros exemplos são os comentários pejorativos sobre peso, altura, cor da pele, tipo de cabelo, gosto musical, entre outros.

A instituição de programa de combate ao bullying nas escolas vai permitir o desenvolvimento de ações de solidariedade e de resgate de valores de cidadania, tolerância, respeito mútuo entre alunos e docentes. Estimular e valorizar as individualidades do aluno. A iniciativa pretende ainda potencializar as eventuais diferenças, canalizando-as para aspectos positivos que resultem na melhoria da auto-estima dos nossos estudantes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 246/2011

Projeto de Lei nº 246/2011

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabricio

SÍNTESE: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.

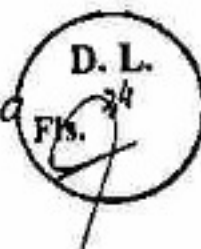
EMENTA: PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS. REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. ARTs. 33, 124 e 137. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTs. 13 e 65. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Douglas Fabricio, tem por finalidade instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo n.º 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, o próprio REGIMENTO INTERNO, em seu art. n.º 124, determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui poderes para a propositura de Projetos de Lei, conforme segue:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu art. n.º 65, estabelece:

Art. 85. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Adentrando mais especificamente no tema central do referido projeto de lei, qual seja, ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas, importante destacar o artigo n.º 24 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL e o artigo n.º 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto; (Grifos nossos)

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos; (Grifos nossos)

Além disso, a Constituição do Estado do Paraná estabelece que cabe à Assembleia Legislativa dispor sobre programas estaduais:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim sendo, resta-se evidenciado que o nobre parlamentar possui competência para a apresentação deste projeto de lei o qual se encontra devidamente respaldado tanto pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL e, bem como, pela CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

No entanto, verifica-se a existência de um vício de Inconstitucionalidade na redação dada pelo art. 1º do projeto, ora em análise, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying.

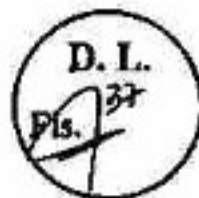
Assim sendo, sugere-se a EMENDA MODIFICATIVA em anexo, com fulcro no artigo 137, § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro; uma vez que a equipe multidisciplinar criada pela unidade escolar contará com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários.

Ainda, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise encontra-se em pleno acordo com a Lei Complementar nº. 95/98.



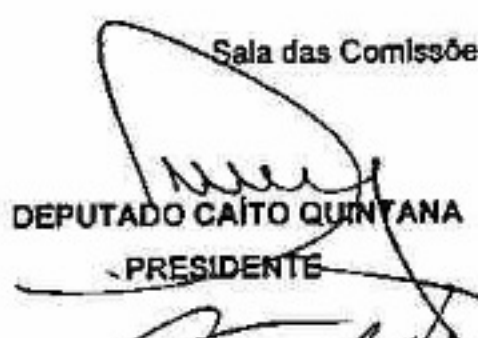
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

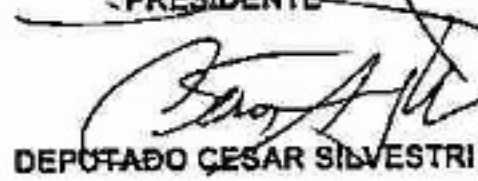


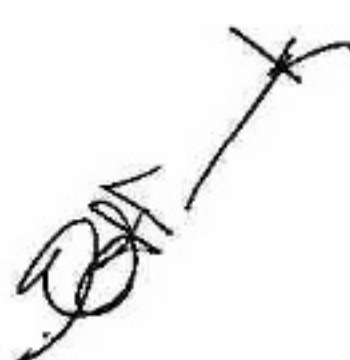
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR

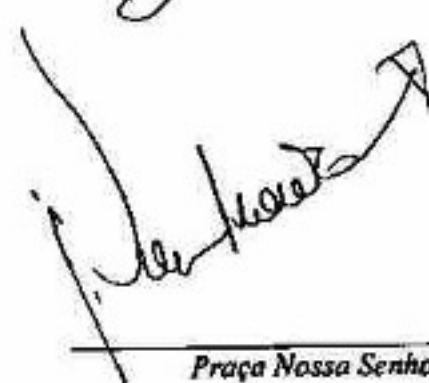














Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 246/2011

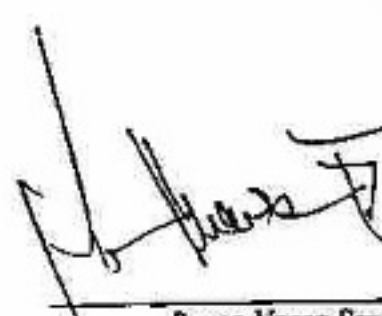

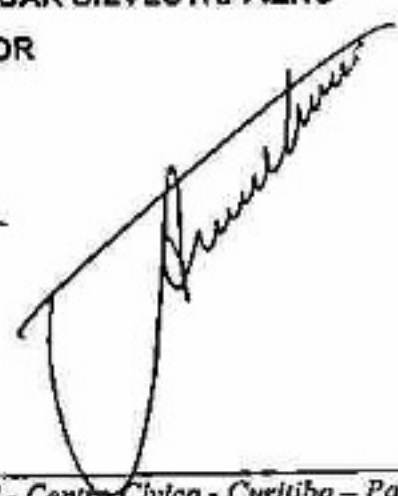
De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 246/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Combate ao Bullying, de ação Interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ANEXAÇÃO DOS PLS 422/11 e 460/11 ao PL 246/11

Projeto de Lei nº: 0246/2011

Autoria: Dep. Douglas Fabrício

Relator: Dep. Professor Lemos

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING, DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR E DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS. REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, ARTS. 33, 124 E 137. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTS. 13 E 65. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DAS EMENDAS MODIFICATIVAS ADITIVAS E SUBSTITUTIVAS. COMISSÕES: CCJ E EDUCAÇÃO. ANEXAÇÃO DOS PLS 422/11 e 460/11 AO PL 246/2011.

O Projeto de Lei nº 246/11, de autoria do Deputado Estadual DOUGLAS FABRÍCIO, originalmente, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas Escolas Públicas e Privadas, no Estado do Paraná.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade, Constitucionalidade e Técnica Legislativa, esta opinou pela sua rejeição sob a alegação de Inconstitucionalidade, dado o vício de iniciativa e fundamentou (art. 66, IV, CE; art. 1º e 3º DL 1396/07; art. 7º da CE e arts. 15 e 16 da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



LC 101/00), concluindo em definitivo, pela não aprovação do referido Projeto de Lei, pelas mesmas razões já expostas na análise prévia.

Interposto Recurso ao Parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça pela reforma de sua decisão, a referida Comissão, conhecendo do mesmo, nomeou novo relator na pessoa do Deputado César Silvestre Filho que concluiu pela aprovação do presente Projeto de Lei em virtude de sua constitucionalidade, nos termos da Emenda Modificativa sugerida e apresentada.

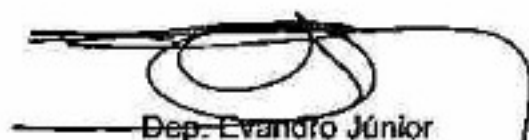
Na continuidade, encaminhou-se o referido Projeto, igualmente, para estudo e Parecer desta Comissão de Educação, a qual se manifestou, emitindo no prazo regimental, PARECER FAVORÁVEL e opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei em virtude de sua constitucionalidade, em consonância com o Parecer exarado pelo Nobre Relator Dep César Silvestre Filho, porém, nos termos das Emendas Aditivas e Substitutivas, então anexadas, pelo que foi aprovado.

Na sequência, decidiu-se pela ANEXAÇÃO dos Projetos, anexando os PLs nº 422/11 e 460/11 ao PL 246/11.

CONCLUSÃO

Chamada esta Comissão a se manifestar, OPINA-SE pela sua APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO EM ANEXO, QUAL SEJA: pela ANEXAÇÃO dos Projetos, PLs nº 422/11 e 460/11 ao PL 246/11.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 2011.


Dep. Evandro Júnior


Dep. Professor Lemos

PRESIDENTE

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI Nº 422/11 460/11 246/11

ANEXAÇÃO DOS PLS 422/11 E 460/11 AO PL 246/11:

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING, DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR E DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS. REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, ARTS. 33, 124 E 137. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTS. 13 E 65. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 24. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DAS EMENDAS MODIFICATIVAS ADITIVAS E SUBSTITUTIVAS. COMISSÕES: CCJ E EDUCAÇÃO. ANEXAÇÃO DOS PLS 422/11 e 460/11 AO PL 246/2011.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Combate ao *Bullying*, de ação interdisciplinar, intersetorial e de participação comunitária, nas Escolas Públicas e Privadas, no Estado do Paraná.

Parágrafo único - Entende-se por *bullying*, atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo (*bully*) ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Artigo 2º - A violência física ou psicológica pode ser evidenciada em atos de intimidação, humilhação e discriminação, dentre os quais:

- I) Insultos pessoais;
- II) Comentários pejorativos;
- III) Ataques físicos;
- IV) Grafitagens depreciativas;
- V) Expressões ameaçadoras e preconceituosas;
- VI) Isolamento social;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



VII) Ameaças;
VIII) Pilhérias.

Artigo 3º - O *bullying* pode ser classificado conforme as ações praticadas, em:

- I) Sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- II) Exclusão social: ignorar, isolar e excluir;
- III) Psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, infernizar, tyrannizar, chantagear e manipular;
- IV - Verbal: apelidar, xingar, insultar;
- V - Moral: difamar, disseminar rumores, caluniar.
- VI - Material: destruir, estragar, furtar e ou roubar os pertences;
- VII - Físico: empurrar, socar, chutar, beliscar, bater;
- VIII - Virtual: divulgar e ou enviar imagens, criar comunidades, invadindo a privacidade.

Artigo 4º - Para a implementação deste Programa, a Unidade Escolar criará uma equipe interdisciplinar com a participação de todos os profissionais da educação intersetorial, envolvendo as diversas políticas existentes no território onde se localiza o Estabelecimento Escolar, com a participação de pais, alunos e comunidade, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

Artigo 5º - São objetivos do Programa:

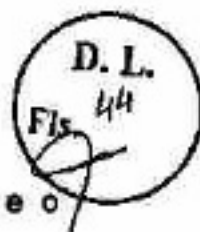
- I- Prevenir e combater a prática de *bullying* nas Escolas;
- II- Capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - Incluir, no Regimento Escolar, após ampla discussão no Conselho de Escola, regras normativas contra o *bullying*;
- IV- Esclarecer sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o *bullying*;
- V- Observar, analisar e identificar eventuais praticantes e vítimas de *bullying* nas Escolas;
- VI- Discernir de forma clara e objetiva, o que é brincadeira e o que é *bullying*;
- VII- Desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e áudio-visual;
- VIII- Valorizar as individualidades, canalizando as diferenças para a melhoria da auto-estima dos estudantes;
- IX- Integrar a comunidade, as organizações da sociedade, as políticas setoriais públicas e os meios de comunicação nas ações interdisciplinares de combate ao *bullying*;
- X- Coibir atos de agressão, discriminação, humilhação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência;
- XI- Realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem a convivência harmônica na Escola e na comunidade;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



- XII- Promover um ambiente escolar seguro e sadio, incentivando a tolerância e o respeito mútuo;
- XIII- Propor dinâmicas de integração entre alunos, professores, demais profissionais da educação e da comunidade;
- XIV- Estimular a amizade, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar;
- XV- Orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de bullying;
- XVI – Auxiliar vítimas e agressores, orientando-os e encaminhando-os para a rede de serviços sociais, sempre que necessário.

Artigo 6º - Compete à Unidade Escolar aprovar um Plano de Ações no Calendário da Escola, para a implantação das medidas previstas no Programa.

Artigo 7º - Fica autorizada a realização de Convênios e Parcerias para a garantia do cumprimento dos objetivos do Programa.

Artigo 8º - A Escola poderá encaminhar vítimas e agressores aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de Parcerias e Convênios.

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Educação, usando da Estrutura já existente, poderá criar Órgão Específico a fim de receber das equipes interdisciplinares das Escolas, comunicação quando da ocorrência de assédio e ou violência, para que este tome as providências necessárias e adequadas a cada caso.


Artigo 10º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua Publicação.

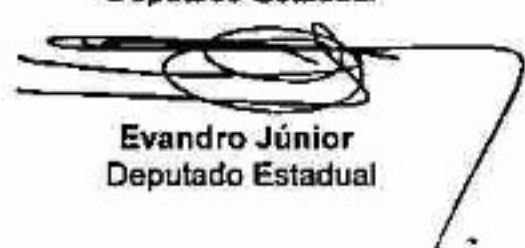
Artigo 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 2011.


Professor Lemos
Deputado Estadual


Ademir Biar
Deputado Estadual


Douglas Fabricio
Deputado Estadual

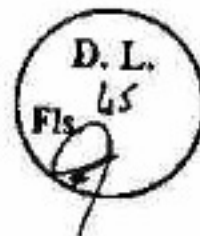

Evandro Júnior
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA

O *bullying*, palavra de origem inglesa, significa tyrannizar, ameaçar, oprimir, amedrontar e intimidar. A prática já se tornou comum entre os adolescentes. Um problema que começa a ser discutido com mais intensidade diante do aumento da violência escolar.

A preocupação com o *bullying* é um fenômeno mundial. Pesquisa feita em Portugal, com 7 mil alunos, constatou que 1 em cada 5 alunos já foi vítima desse tipo de agressão. O estudo mostrou que os locais mais comuns da violência são os pátios de recreio, em 78% dos casos, seguidos dos corredores (31,5%).

Na Espanha, o nível de incidência de *bullying* já chega a 20% entre os alunos. O percentual assusta as autoridades espanholas, que já desenvolvem ações para coibir a prática.

○ A Grã Bretanha também está apreensiva com a maior incidência de ocorrências. Foi apurado, em pesquisa, que 37% dos alunos do primeiro grau das escolas britânicas admitiram que sofriam *bullying* pelo menos uma vez por semana.

O tema desperta o interesse de pesquisadores dos Estados Unidos, onde o fenômeno de violência foge do controle. Estima-se que até 35% das crianças em idade escolar estão envolvidas em alguma forma de agressão e de violência na escola.

Em Colorado (EUA), dois adolescentes do ensino médio mataram 13 pessoas e deixaram dezenas de feridos, em um repentino ataque com arma de fogo. Após o ato, cometeram suicídio. Os agressores sofriam constantes humilhações dos colegas de escola.

No Brasil, não há pesquisas recentes sobre o *bullying*, muito embora seja evidente o aumento do número de agressões e atos de discriminação e humilhação em ambiente escolar.

Estudo feito pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), em 2002, no Rio de Janeiro, com 5875 estudantes de 5ª a 8ª séries, de onze escolas fluminenses, revelou que 40,5% dos entrevistados confessaram o envolvimento direto em atos de *bullying*.

○ No Paraná, faltam estatísticas oficiais sobre esse tipo de agressão.

Como consequência do agravamento das ocorrências de *bullying*, pais de aluno ameaçam processar a escola, acusando professores e diretores de falta de supervisão. Principalmente em atos de violação dos direitos civis e de discriminação racial ou de assédio moral.

Nas ações, os pais requerem indenizações por danos patrimoniais e morais. A responsabilidade da escola é objetiva, ou seja, não precisa provar a intenção, basta a comprovação da omissão.

O *bullying* é uma forma de agressão que afeta a alma das pessoas. Pode provocar, nas vítimas, um sentimento de isolamento. Outros efeitos são a redução do rendimento escolar e atos de violência contra e si e terceiros.

Em 2004, um aluno de 18 anos de uma escola de Talúva (SP) feriu oito pessoas com disparos de um revólver calibre 38, suicidando-se em seguida. O jovem era obeso e, por isso, vítima constante de apelidos humilhantes. Alvo de gargalhadas e sussurros pelos corredores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



O modo como os adolescentes agem em sala de aula, com a colocação de apelidos nos seus colegas, pode contribuir para que pessoas agredidas não atinjam plenamente o seu desenvolvimento educacional. São atitudes comportamentais que provocam fissuras que podem durar para a vida toda.

Criar um estigma ou um rótulo sobre as pessoas é como pré conceituá-las, ou seja, praticar o *bullying*. Além de ser uma agressão moral, é uma atitude de humilhação que pode deixar seqüelas emocionais à vítima. Outros exemplos são os comentários pejorativos sobre peso, altura, cor da pele, tipo de cabelo, gosto musical, entre outros.

A instituição de programa de combate ao *bullying* nas escolas vai permitir o desenvolvimento de ações de solidariedade e de resgate de valores de cidadania, tolerância, respeito mútuo entre alunos e docentes. Estimular e valorizar as individualidades do aluno. A iniciativa pretende ainda potencializar as eventuais diferenças, canalizando-as para aspectos positivos que resultem na melhoria da auto-estima dos nossos estudantes.

Sessão do Plenário, em 19 de setembro de 2011.

Professor Lemos
Deputado Estadual

Ademir Bler
Deputado Estadual

Douglas Fabrício
Deputado Estadual

Evandro Júnior
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão Da Juventude



50

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/2011
(Anexado aos Projetos 422/11 e 460/11)

Projeto de Lei nº. 246/2011

Autor: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo instituir o Programa de Combate ao Bullying nas escolas públicas e privadas do Estado. Estabelece o conceito de bullying e suas formas de manifestação, além de definir objetivos a serem alcançados pelo programa e as competências das Escolas e dos órgãos estatais na sua execução.

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nelson Justus, requereu a anexação do projeto em tela aos Projetos de Lei nº 422/11, de autoria do Deputado Ademir Bier, e 460/11, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Evandro Júnior (Protocolo DAP nº Nº 6220/11), por tratarem os três projetos do mesmo assunto e tendo teor semelhante, sendo tal requerimento aprovado em 10/08/2011.

Tramitando em conjunto, os projetos receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 14/06/2011 (após recurso do autor, Deputado Douglas Fabrício, contra um primeiro parecer pela rejeição da matéria), tendo como relator o Deputado Cesar Silvestri Filho e da Comissão de Educação no dia 19/09/2011, tendo como relator o Deputado Professor Lemos, que ofereceu uma Emenda Substitutiva Geral com o intuito de unificar os três Projetos, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-Y do Regimento Interno desta Casa.



Os Projetos vêm justamente no sentido de conscientizar a sociedade a prevenir a prática do bullying nas escolas, fato que virou rotina na atualidade. Visa auxiliar a sociedade a identificar e combater tal prática, levando a informação diretamente ao seu local de maior incidência. Além disso, o fato de tais informações serem repassadas nas escolas facilita muito a prevenção do bullying, pois atinge diretamente o alvo da campanha, justamente no lugar em que as pessoas estão expostas, e ao mesmo tempo dispostas a receber todo e qualquer tipo de informação.

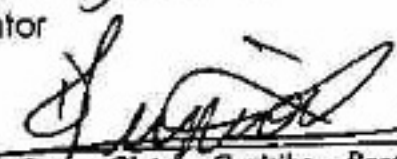
É um programa com custo operacional mínimo, que deve obter ótimos resultados, combatendo e prevenindo essa forma de opressão que cresce constantemente em nossas instituições de ensino, garantindo que a população paranaense possa ter acesso ao ensino sem se preocupar com esse tipo de opressão.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.


DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR
Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

DL

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 246/11

Fls. 58

PROJETO DE LEI DE Nº.: 246/11

AUTOR DA EMENDA: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO.

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING, DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR E DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O PROJETO DE LEI EM ANÁLISE, DE AUTORIA DO DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO, TINHA COMO OBJETIVO INSTITUIR O PROGRAMA DE COMBATE AO BULLYING DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR E DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO ESTADO DO PARANÁ, SENDO QUE RECEBEU PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM FACE DO VOTO EXARADO PELO DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO.

OCORRE QUE, RECEBEU EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DE AUTORIA DO DEPUTADO PROFESSOR LEMOS. POR ESTA RAZÃO É QUE A REFERIDA EMENDA SUBMETE-SE AGORA, A ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE POR ESTA COMISSÃO.

FUNDAMENTAÇÃO

DE INÍCIO, COMPETE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 33 - A, I DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DO PROPONENTE, BEM COMO A TÉCNICA LEGISLATIVA ORA UTILIZADA:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

fls. 59

ART. 33 - A - CABE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

I - EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSIÇÕES QUANTO A SUA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, ADEQUAÇÃO REGIMENTAL E CARÁTER ESTRUTURAL, EM FACE DO QUE DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

DESTA FORMA, EVIDENCIA-SE QUE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NÃO ADENTRA NO MÉRITO DA MATÉRIA EM QUESTÃO.

DESTARTE, AS COMISSÕES PERMANENTES TEM COMPETÊNCIA PARA APRESENTAR EMENDAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 29, DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ:

ART. 29. A ASSEMBLEIA, DEPOIS DE ELEITA A MESA, ORGANIZARÁ AS COMISSÕES PERMANENTES, DENTRO DE QUINZE DIAS.

§ 1º ÀS COMISSÕES PERMANENTES, NA RESPECTIVA ÁREA DE ATUAÇÃO, COMPETE ENTRE OUTRAS:

III - APRESENTAR SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS.

ALÉM DISSO, O REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS ESTABELECE AS OPORTUNIDADES EM QUE PODEM SER EMENDADAS AS PROPOSIÇÕES:

ART. 141. AS PROPOSIÇÕES PODERÃO SER EMENDADAS NAS SEGUINTE OPORTUNIDADES:

I - AO INICIAR A DISCUSSÃO, DESDE QUE APOIADAS POR CINCO DEPUTADOS;

II - NAS COMISSÕES, PELOS RESPECTIVOS RELATORES, POR QUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO OU AINDA POR QUALQUER DEPUTADO, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 51,

§3º DESTE REGIMENTO.

PORTANTO, VERIFICA-SE QUE FOI RESPEITADO O INCISO II DO ARTIGO 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, TENDO EM VISTA QUE A PRESENTE EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL FOI PROPOSTA PELO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

Fls. 60

O REGIMENTO INTERNO, EM SEU ART. 137, §2º, PREVÊ A POSSIBILIDADE EM SE OFERECER EMENDAS AO PROJETO DE LEI APRESENTADO, CLASSIFICANDO-SE COMO SUBSTITUTIVA AQUELA PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNEA DE OUTRA. DENOMINA-SE SUBSTITUTIVO QUANDO ABRANGE O SEU CONJUNTO.

ART. 137. AS EMENDAS SÃO SUPRESSIVAS, SUBSTITUTIVAS, ADITIVAS OU MODIFICATIVAS.
§ 2º EMENDA SUBSTITUTIVA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNEA DE OUTRA.
DENOMINA-SE SUBSTITUTIVO QUANDO ABRANGE O SEU CONJUNTO.

ASSIM, VERIFICA-SE QUE A PRESENTE EMENDA ESTÁ PERFEITAMENTE COERENTE COM OS DITAMES CONSTITUCIONAIS NÃO ENCONTRANDO NENHUM EMPECILHO PARA PROSPERAR.

POR FIM, QUANTO À TÉCNICA LEGISLATIVA, INEXISTEM ÔBICES AO DISPOSTO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

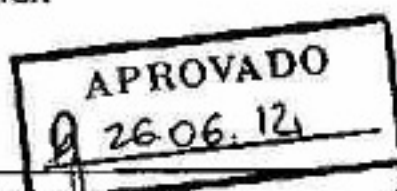
CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA SUBSTITUTIVA PROPOSTA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DE AUTORIA DO DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, POR ESTAREM PRESENTES TODOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E DE TÉCNICA LEGISLATIVA.

SALA DAS COMISSÕES, 26 DE JUNHO DE 2012

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



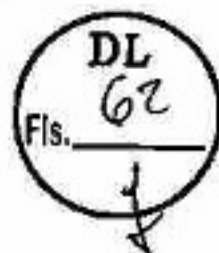
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Gabinete 701 - 1º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/2011 (Anexado aos Projetos 422/11 e 460/11)

O presente Projeto de Lei n.º 246/2011, de autoria do Deputado Douglas Fabricio, que contém anexado os projetos de Lei n.ºs. 422/2011 e 460/2011, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de Ação Interdisciplinar e de Participação Comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável com emenda, de mesmo modo a Comissão de Educação exarou parecer favorável com emenda substitutiva, e por fim a Comissão dos Direitos da Juventude aprovou a propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, sob a ótica dos direitos da Criança e do Adolescente encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade conscientizar a sociedade a prevenir a prática do bullying nas escolas, visando auxiliar na identificação e combate desta prática.

Ante o exposto, nada encontramos nesta comissão que possa impedir o seu prosseguimento, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Dep. Maria Lima

* ROSE LITRO
Presidente

* MARLA TURECK
Relatora

CHICO QUINTANA



DEP. EVANDRO JUNIOR
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.

Fls. 02

P.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 23 AGO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

668/11

Ementa: Dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1º - Será criado o Programa - Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Artigo 2º - O Programa - Semana de Orientação Profissional é um trabalho destinado aos jovens, e visa esclarecer e informar acerca das principais características, oportunidades e dificuldades das áreas da atuação profissional a partir da realidade e tendências do mercado de trabalho, dando subsídios para a formação de uma identidade profissional

Artigo 3º - Este programa é dirigido aos alunos da 9ª. Séria do Ensino Fundamental e aos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Artigo 4º - O Programa - Semana de Orientação Profissional nos Colégios Estaduais do Estado Paraná, será realizado em duas semanas por ano, nos meses de junho e novembro.

Artigo 5º - Será desenvolvido nos Colégios Estaduais do Estado Paraná através de uma equipe multidisciplinar. Os alunos serão colocados em contato direto com os profissionais e ou professores das áreas biológica, humana e ciências exatas, a fim que estes auxiliem no processo de escolha profissional, promovendo o conhecimento, com ferramentas e orientações para a construção de um projeto de vida sadio e eficaz. Será dado ênfase também para a participação de empresários ou por representantes designados, das empresas da região.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Klinger 03
Gabinete Deputado Evandro Junior

Artigo 6º - As atividades do Programa - Semana de Orientação Profissional no Paraná, serão desenvolvidas da seguinte forma:

I - Realização de atividades com a apresentação do mercado de trabalho, a partir das características regionais, necessidades e tendências e perspectivas do segmento;

II - Discussão e reflexão acerca das características, limitações e perspectivas da área escolhida;

III - Serão realizadas palestras, para possibilitar uma melhor oportunidade de percepção e avaliação sobre si mesmo a partir do contato e interação com o grupo, oportunizando levantamento de relacionamento interpessoal, troca de opiniões e exercício coletivo.

Artigo 7º - Os jovens que participarem deste programa receberão o Guia das Profissões. Por meio deste guia o jovem poderá consultar informações como descrição de cargos, formação acadêmica, perspectivas de mercado, qualificações requeridas, e dicas para aprimorar o seu conhecimento.

Artigo 8º - Caberá ao Poder Executivo definir o órgão responsável para a realização do programa.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2011.


Evandro Junior
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 04
7.

Justificativas

Este Programa tem por finalidade de criar uma oportunidade de despertar, nos adolescentes de baixa renda, o interesse por uma profissão e fazer com que o objetivo de alcançá-la, os levem a terem crescimento pessoal e uma qualidade de vida melhor. Essa é a importância de uma orientação profissional para os adolescentes com este perfil.

41

A identidade pessoal é um dos temas de maior importância na personalidade do adolescente por vincular-se à sua história pessoal, uma vez que é na adolescência que começa a tecer o próprio relato de vida e que caracterizará a individualidade.

Uma opção feita de forma consciente com certeza fará com que o jovem inicie o curso muito mais motivado e informado sobre sua escolha. Desta forma, as chances de que ele permaneça na universidade e invista na sua profissão são bem maiores.

Para uma melhor orientação, o **Guia de Profissões** será desenvolvido para ajudá-los a conhecerem melhor a área de atuação e o mercado de trabalho brasileiro. Por meio deste guia os alunos poderão consultar informações como descrição de cargos, formação acadêmica, perspectivas de mercado, qualificações requeridas e dicas para aprimorar o seu conhecimento profissional. Este Guia servirá também para orientá-los e para as dúvidas serem devidamente sanadas.

Além disso, terão a facilidade de visualizar os anúncios de vagas de emprego disponíveis no site que estejam de acordo com o cargo pesquisado e ainda terão acesso às informações pertinentes a remuneração do mesmo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 668/11

Projeto de Lei nº 668/11

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SEMANA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NOS COLÉGIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ART. 65 CE. ART. 24 CF. CONSTITUCIONAL. VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, que dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É da competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre educação, cultura, ensino e desporto, conforme o artigo 24, Inciso IX, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a Iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grão nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

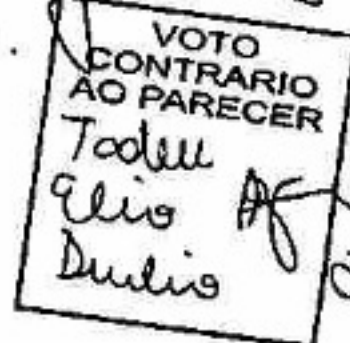
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 668/2011

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Evandro Junior, dispõe sobre a criação da semana de orientação profissional nos colégios públicos do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO:

A adolescência é vista como uma fase de grandes mudanças na vida do indivíduo. É nesse momento que o jovem passa por transições e, dentre as tarefas mais importantes dessa fase, destaca-se a escolha de uma carreira ou ocupação profissional. Essa escolha passa a ser um aspecto decisivo na vida dos adolescentes, além de ser visto como uma necessidade da família, perante a sociedade e por eles mesmos (Lucchiari, 1993; Santos, 2005).

Assim, não raras vezes, em que adolescentes indecisos adentram consultórios especializados a procura de orientação para escolha de um curso e de uma carreira. Essa decisão é sem dúvida determinante para o futuro desses indivíduos. Primi, Moggi e Casellato (2004), defendem que a escolha envolve o comprometimento com um determinado caminho, que implicará em preparação para o ingresso em uma profissão específica. É nesse cenário que a orientação profissional se justifica. Ela tem sido definida como o processo pelo qual o indivíduo é ajudado a escolher e a se preparar para entrar e progredir numa ocupação, auxiliando-o a se conhecer melhor como indivíduo inserido num



contexto social, econômico e cultural (Andrade, Meira, & Vasconcelos, 2002; Super & Junior, 1980).

No sistema social brasileiro, o ensino superior é quase uma unanimidade na vida de adolescentes e jovens das classes média e alta. De acordo com Soares (2002), especificamente para estes jovens parece não existir outra forma de profissionalização ou inserção no mercado de trabalho. A análise realizada por Silva (1995), da população inscrita em um serviço de orientação profissional da Universidade de São Paulo, identificou que todos que procuravam o serviço esperavam receber ali o auxílio para a escolha de um curso superior, o que está em consonância com a afirmação do autor anterior.

Ainda no que se refere à escolha profissional e sua relação com as classes sociais, outras pesquisas realizadas com diferentes grupos, de adolescentes desempregados (Pizzinato, Boeckel, Dellazzana, Coral, & Sarriera, 2001), adolescentes de escolas públicas e privadas (Ribeiro, 2003; Sparta, 2003) e alunos de baixa renda (Sparta, Bardagi, & Andrade, 2005), revelam que freqüentar um curso superior é um projeto definido por indivíduos de diferentes culturas e grupos econômicos.

É justamente nesse sentido que o Projeto de Lei ora citado visa atuar. Suprindo as necessidades encontradas por adolescentes e jovens que estejam cursando a 9ª série do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, da Rede Pública de Ensino. A proposta prevê que esses adolescentes e jovens, sejam orientados adequadamente através da criação da Semana de Orientação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Profissional nas instituições educacionais públicas pertencentes ao Estado do Paraná.

CONCLUSÃO:

O projeto obedece os preceitos técnicos e legais, razão pela qual, opino FAVORÁVELMENTE pela sua aprovação e tramitação.

É o Parecer.

Sala das comissões, 21 de maio de 2012.

OSMAR BERTOLDI

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Educação

RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



PARECER DO DEPUTADO CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 668/11

AUTOR: Deputado Estadual Evandro Junior

ASSUNTO: Dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Então atenção a 17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Guia de Trânsito de processos e papéis, encaminhado pelo deputado Evandro Junior para deputado Cleiton Kielse, relatar o mesmo:

PARECER

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, objetiva a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná, será realizado em duas semanas por ano, nos meses de junho e novembro.

É o Relatório:

Tendo em vista que o referido projeto de lei, cumpre os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, considerando que a matéria é de grande importância para os adolescentes de baixa renda e jovens em geral

O programa tem a finalidade de criar uma oportunidade de despertar nos adolescentes de baixa renda, o interesse por uma profissão e além de levarem o crescimento pessoal também proporciona uma qualidade de vida melhor.

Este projeto de lei, fará com que os jovens iniciem o curso muito mais motivado e informado sobre sua escolha, sendo assim, a forma e a



chance de que eles permaneçam nas universidades e invistam na suas profissões são bem maiores.

Insta salientar que além de uma melhor orientação, os jovens que participarem da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná, receberão o Guia das Profissões, que por meio deste guia, eles poderão consultar informações como cargos, formação acadêmica, qualificações requeridas e dicas para aprimorar o seu conhecimento.

Além disso, terão a facilidade de verificar as vagas de empregos, publicadas no site, de acordo com o cargo pretendido e mais, às informações pertinentes a remuneração do mesmo.

Conclusão:

Diante do exposto, opina-se pelo PARACER FAVORÁVEL do presente projeto de lei.

Curitiba, 05 de junho de 2012.

Deputado Cleiton Kleise

Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI 668/11

AUTOR: Deputado EVANDRO JUNIOR

Súmula: "Dispõe sobre a criação da semana de orientação profissional nos colégios públicos do Estado do Paraná".

Introdução:

O conteúdo no Projeto de Lei nº 668/11, de autoria do ilustre Deputado EVANDRO JUNIOR, propõe a instituição da Semana de Orientação Profissional nos Colégios e Escolas Públicas do Estado do Paraná, visando esclarecer e informar sobre as características, oportunidades e dificuldades nas áreas de atuação profissional partindo da realidade e das tendências do mercado de trabalho.

PARECER:

Embora, aparentemente, a proposição se mostre inconstitucional, pelas razões de vício de origem e por não apresentar estimativa de impacto financeiro ao orçamento do Estado (o que não é incumbência das comissões de mérito) não se pode discutir o mérito do seu conteúdo.

Até por se considerar que as políticas da educação no nosso Estado e na União, não contemplam o encaminhamento do Estudante das últimas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Curso que ele deve buscar numa faculdade.

Desta forma, essa Semana de Orientação Profissional nos Colégios e Escolas do Ensino Fundamental – últimas séries – e no Ensino Médio, poderá oferecer um "norte" para os adolescentes que se interessam por um curso que tenha boas ofertas no mercado de trabalho.

Professores especializados compondo o Corpo Docente das Escolas poderão oferecer subsídios importantes para as decisões dos adolescentes que buscam se encontrar antes de se submeterem a um vestibular que poderá ser decisivo na sua escolha e no seu futuro profissional.

Assim exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei de autoria do nobre deputado EVANDRO JUNIOR.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2011.

Deputado EVANDRO JUNIOR

Deputada ROSB LITRO
Presidente

Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora



PROJETO DE LEI Nº 833/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

1º Secretário

EMENTA: PROÍBE O USO DE APARELHO SONORO OU MUSICAL NO INTERIOR DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos sonoros ou musicais por parte dos usuários, no interior de veículos de transporte coletivo intermunicipal, salvo mediante aparelho auditivo pessoal.

§ 1º - Para fins desta Lei, a expressão "aparelhos sonoros ou musicais", compreende, dentre outros, os tocadores pessoais de música em formato digital, incluindo telefones celulares e similares.

§ 2º - A expressão "veículos de transporte coletivo intermunicipal" compreende, dentre outros, os de transporte rodoviário como ônibus e transporte ferroviário.

Art. 2º - É obrigatória a afixação de avisos proibitivos nos locais abrangidos pela presente Lei, com indicação do número e data da mesma, em letras legíveis e de fácil visualização, contendo os seguintes dizeres:

"É proibido o uso de aparelhos sonoros ou musicais sem a devida utilização de fone de ouvido."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Art. 2º

Art. 3º - A inobservância do preceituado no art. 1º sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

a) serão alertados a desligar o aparelho especificado nesta lei;

b) caso se neguem a observar tal recomendação, será solicitada a retirada do infrator do veículo, mesmo que sob intervenção policial.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2011.


Deputado CAITO QUINTANA



JUSTIFICATIVA

Proliferam em redes sociais de todo o país, campanhas exigindo a abolição do uso de aparelhos sonoros ou musicais sem o devido uso do fone de ouvido, prática que nos últimos anos se difundiu, a largos passos, diante do baixo custo de sua aquisição - fruto da propalada globalização de mercado.

E o pior, escutar música com som alto por meio de tais aparelhos virou moda para uma parcela pequena da sociedade, o que vem desagradando, por outro lado, a muitos, diante dos inapropriados locais escolhidos para tal prática

Ora, diante da evolução da tecnologia, aparelhos de diminutos tamanhos e com alta capacidade tecnológica, possuem incrível poder de reprodução sonora, chegando a níveis intoleráveis.

A título de ilustração, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei que visa a proibição de aparelhos dessa natureza que ultrapassam a 90 (noventa) decibéis.

Nada mais incômodo do que, logo de manhã cedo, início de uma longa jornada, ou mesmo após cansativo dia de trabalho, ter que aturar músicas em altura incompatível com a de um ambiente normal, quando não, em sua grande maioria, de duvidosa qualidade.

Afinal, em bom português coloquial: em um ônibus lotado, preso no trânsito por minutos intermináveis, suportando o calor de verão, em dia estafante de trabalho, quem é que aguenta se ver incomodado pelo som de um vizinho de banco? Ninguém!



Em razão desses percalços, vários Municípios - dentro da área de sua competência constitucional de regular assunto de interesse local - São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive, bem como países dos mais desenvolvidos como o Japão, possuem lei similar, sancionada ou em tramitação.

Ademais, não custa lembrar que tal lei busca a efetivação de uma categoria jurídica constitucional que está em voga, notadamente, o direito à saúde e ao melo ambiente sadio e devidamente equilibrado, como prestação positiva a ser implementada pelo Estado.

Portanto, em razão do clamor popular e da necessidade freqüente de regular as relações sociais, que hoje, em razão da globalização, ocorrem em enorme velocidade e, muitas das vezes, em situações atípicas, esperamos o apolamento de nossos Pares, para a aprovação deste projeto de lei.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 833/11

Projeto de Lei nº 833/11
Autor: Deputado Caio Quintana

Súmula: Proíbe o uso de aparelho sonoro ou musical no interior de veículos de transporte coletivo e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
PROIBIÇÃO DO USO DE APARELHO SONORO OU MUSICAL NO INTERIOR DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO. ART. 65 DA CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, da autoria do Deputado Caio Quintana visa tornar obrigatório o uso de aparelhos sonoros ou musicais por parte dos usuários, no interior de veículos de transporte coletivo intermunicipal, salvo mediante aparelho auditivo pessoal.

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Infraestrutura e Logística, sendo que recebeu parecer técnico favorável conforme justificativa abaixo.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Conforme justificativa do autor, diante da evolução da tecnologia, aparelhos de diminutos tamanhos e com alta capacidade tecnológica, possuem incrível poder de reprodução sonora, chegando a níveis intoleráveis. Tal prática vem desagradando a muitos, diante dos inapropriados locais escolhidos para tal prática, ressaltando-se o uso no interior de veículos do transporte coletivo intermunicipal.

Sendo assim, o nobre parlamentar, através do referido Projeto de Lei visa normalizar o referido assunto fora dos limites municipais.



PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A referida Secretaria expediu a proposição para o Departamento de Estradas e Rodagem – DER, o qual não se opôs pelo Projeto de Lei em análise.

Informa ainda, que o inciso VIII do artigo 62 do Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, prevê a recusa de embarque ou determinado desembarque quando o usuário comprometer a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, ou atentar contra a moralidade pública.

Ainda, cumpre ressaltar, do mesmo DECRETO DE TRANSPORTES, o artigo 61, inciso I, a existência da previsão no tocante aos direitos e deveres dos usuários, na forma seguinte:

Art. 61 - São direitos do usuário do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - ser transportado em condições de segurança, higiene e conforto durante a viagem; (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

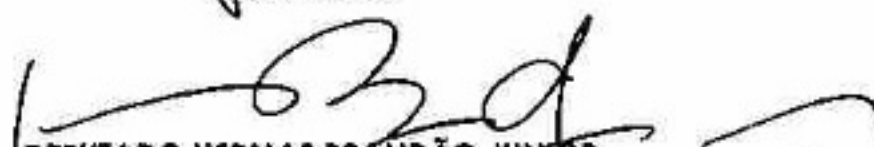


CONCLUSÃO

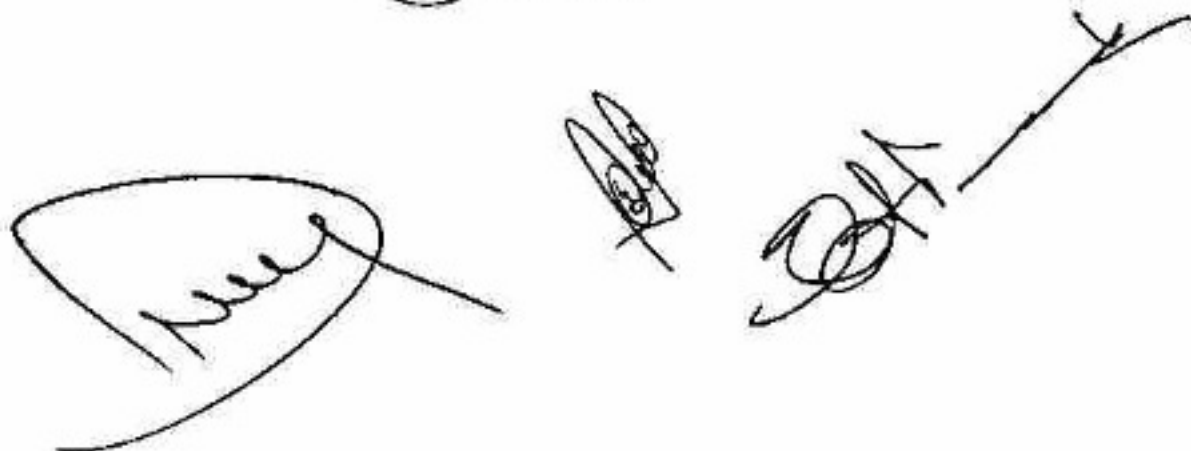
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.


DEPUTADO ELIO RUSCH
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR,
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS

Deputado Adelfino Ribeiro; Deputado Ademir Bieri; Deputado Elton Walter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tarso Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 833/2011

Projeto de Lei nº 833/2011
Autor: Deputado Caíto Quintana

Súmula: Proíbe o uso de aparelho sonoro ou musical no interior de veículos de transporte coletivo e dá outras providências.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana tem por escopo proibir o uso de aparelho sonoro ou musical no interior de veículos de transporte coletivo e dá outras providências.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 833/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, o projeto de lei visa garantir ao usuário de transporte público o direito de não ser incomodado por pessoas que acabam escutando a sua música sem o uso de fones de ouvido, prejudicando desta forma a coletividade.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

D. L.
22
Fls
9

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.


IV - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, vem diante deste parecer, manifestar-se favoravelmente perante a importância do Projeto de Lei analisado 833/2011, destacando os benefícios expostos na matéria ao favorecer a relação dos indivíduos pelo bem comum entre os usuários de transporte coletivo.

Informamos que não encontramos impedimentos para a sua tramitação quanto ao seu mérito analisado, optando desta forma, pelo Parecer Favorável ao Projeto de Lei 833/2011, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Sessões em 19 de março de 2012.

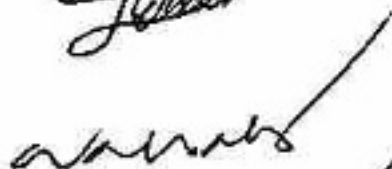

DEP. MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

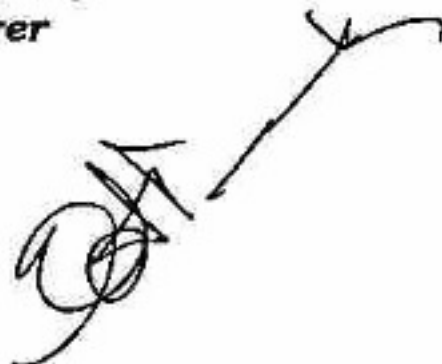

Dep. Francisco Bührer

Relator









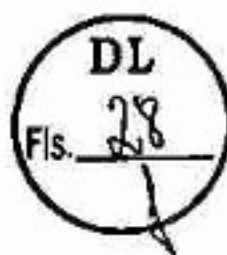


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 833/2011



O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caio Quintana, tem por escopo proibir, no Estado do Paraná, o uso de aparelho musical no interior de veículos de transporte coletivo, sem a utilização de aparelho auditivo pessoal (fones de ouvido).

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 03 de abril de 2012.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE DA CEMA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 833/11

O Projeto de Lei nº 833/11, em análise, de autoria do Deputado Calto Quintana, proíbe o uso de aparelhos sonoros ou musicais no interior de veículos de transporte coletivo e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; e a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, ao examinar a Proposição, emitiram parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, entende que se trata de projeto que objetiva assegurar ao usuário do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal o uso do serviço num ambiente tranquilo, cujo momento é usufruído por muitos para descansar dependendo do tempo do trajeto, e que às vezes não são respeitados por pessoas que utilizam aparelhos sonoros em alto volume.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER

Relator

Deputado DR. BATISTA

Presidente

Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 31 OUT, 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI No. 865/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes e similares, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam os bares, restaurantes e outros estabelecimentos que comercializem produtos alimentícios para consumo imediato, obrigados a informar em seus cardápios, cartazes ou peça promocional dos produtos, a presença de glúten e lactose nos alimentos.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º – Os estabelecimentos de que trata a presente Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior



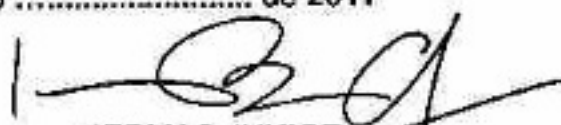
Art. 4º – O não cumprimento da presente Lei sujeita o infrator às seguintes sanções:

I- advertência por escrito;

II- multa de 1.000 a 5.000 UFIR'S.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, de de 2011


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a divulgação, por bares, restaurantes e similares sobre a presença de glúten e lactose nos alimentos comercializados, ou seja, busca a proteção às pessoas portadoras de doença celíaca e intolerantes à lactose.

A doença celíaca (também conhecida como enteropatia glúten-induzida) é uma patologia autoimune que afeta o intestino delgado de adultos e crianças geneticamente predispostos, precipitada pela ingestão de alimentos que contêm glúten. A doença causa atrofia das vilosidades da mucosa do intestino delgado, causando prejuízo na absorção dos nutrientes, vitaminas, sais minerais e água.

Os sintomas podem incluir diarreia, dificuldades no desenvolvimento (em crianças) e fadiga, embora possam estar ausentes. Além disso, diversos sintomas associados em todos os sistemas do corpo humano já foram descritos.

A doença é muito comum, afetando aproximadamente 1% das populações Indo-europeias, embora seja significativamente não diagnosticada, já que na maioria dos portadores ela causa sintomas mínimos ou ausentes. Ocorre mais comumente em mulheres, na proporção de 2:1, e é mais comum em parentes de primeiro grau de portadores.

O diagnóstico da doença celíaca pode levar anos para se dar e o tratamento consiste em não ingestão de produtos que contenham glúten.

Os portadores de doença celíaca tem muitas dificuldades para o tratamento e para avaliação da doença.

A informação sobre a existência de glúten nos alimentos, trata de importante auxílio aos portadores da doença, já que essas pessoas, ao se alimentarem em restaurantes, bares, etc., tem o risco de estarem a ingerir alimento que pode lhe

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior

causar gravames sérios, já que não tem pleno conhecimento dos ingredientes ali contidos. Fato é que caso o celíaco não evite alimentos com a substância, (glúten) poderá sofrer desconfortos gastrintestinais e até doenças graves, como osteoporosa e câncer de intestino. O único tratamento existente para pessoas com doença celíaca é uma alimentação sem glúten por toda a vida.

○ É importante enfatizar que a Lei Federal nº 8.543, de 23 de dezembro de 1992, determina a impressão de advertência em rótulos e embalagens de alimentos industrializados que contenham glúten, a fim de evitar a doença celíaca ou síndrome celíaca.

○ Vale dizer, já existe uma previsão federal de informação em rótulos sobre a existência de glúten em alimentos industrializados. Entretanto, tal lei federal não abrange os alimentos comercializados para consumo imediato, como é o caso de restaurantes, bares, lanchonetes, etc., pelo que, por se tratar de competência comum e concorrente, de acordo com os artigos 23 e 24 da Constituição Federal, inexistindo norma federal, poderá o Estado legislar sobre o assunto, já que aqui, não se está contrariando a norma federal, mas tão somente, dentro da competência prevista na Constituição, incorporando regras não previstas na Lei Federal.

A fundamentação jurídica, consoante se disse, é do artigo 23 e 24 da Constituição Federal, que garante ao Estado a competência para preservar e cuidar da saúde dos cidadãos. É de se ver:

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - ...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hernas Junior

D. L.
Fls. 06

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal
legislar **concorrentemente** sobre:

...

V - **produção e consumo;**

...

...

XII - **previdência social, proteção e defesa da saúde;**

***negritos nossos**

Também o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu artigo 6º, inciso III, que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços do mercado de consumo, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como os riscos que apresentem. Deste modo, pode-se concluir que a presente proposta de lei visa adequar uma garantia já estabelecida na legislação federal a uma situação concreta, ou seja, o modo de comercialização dos alimentos para consumo imediato no Estado do Paraná.

Também não há o que falar em competência Municipal, já que por se tratar de competência comum e concorrente, conforme já acentuado, inexistindo leis municipais, cabe ao Estado legislar sobre a matéria, sem invasão de competência.

Ainda, não há o que falar em iniciativa privativa do Executivo, já que aqui se está a estabelecer regras a serem seguidas pelos estabelecimentos comerciais previstos na norma, não interferindo nas atribuições governamentais.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior

A mesma situação se pode afirmar, relativamente à informação

sobre a presença de lactose nos alimentos.



É muito comum constar do noticiário, assim como verificar-se na rotina dos hospitais, o significativo número de pessoas que são alérgicas à lactose e que acabam sendo socorridas às pressas, com risco de vida, por ingerir tal substância.

Ora, muitas vezes as pessoas acometidas por tal alergia, já estão cientes da limitação orgânica, mas com frequência não têm a informação necessária para identificar os produtos que podem, ou não, ser consumidos, sem atuar de forma maléfica ao organismo.

A intolerância à lactose é um quadro no qual a pessoa não produz uma enzima denominada lactase, sua produção é insuficiente ou seu funcionamento está inadequado. A lactase é responsável pela quebra da lactose em galactose e glucose: duas moléculas menores e facilmente absorvidas pelo organismo. Em pessoas com intolerância à lactose, esse carboidrato acaba sendo conduzido ao intestino. Lá, é fermentado por bactérias, causando gases, náuseas, desconforto, indigestão e diarreia ácida, cerca de 30 minutos a duas horas depois da ingestão de alimentos que contêm lactose.

Além dos desconfortos, a intolerância à lactose pode provocar o déficit de vitaminas, minerais e ácidos graxos essenciais, perdidos em razão de diarreias prolongadas, propiciando também uma baixa na imunidade, o que facilita a ocorrência de infecções.

Não existe cura para a intolerância à lactose. Deve-se evitar a ingestão demasiada de alimentos que a contenham, ou seja: leite e seus derivados ou dar preferência a produtos com baixos teores desse carboidrato. Existe também a lactase em cápsulas e líquido, que podem auxiliar nesse sentido. Entretanto, é necessário saber que, como cada alimento possui uma determinada concentração de lactose e cada organismo reage de uma forma diferente, será necessário um período de adaptação até que se

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior



assimile quais alimentos poderão ser consumidos sem que haja a manifestação dos sintomas da intolerância à lactose.

Existe em trâmite na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei No 2.683/2003, que obriga os fabricantes de produtos que contenham lactose a informar essa característica, no rótulo ou embalagem, já tendo recebido voto favorável da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Entretanto, tal situação, a exemplo do projeto de lei que trata da obrigatoriedade de informar nos rótulos dos alimentos a existência de glúten, sob nenhum aspecto, macula ou vicia a presente iniciativa, pelos mesmos motivos ali postos, ou seja, da competência concorrente para legislar. Ademais, igualmente, somente trata dos alimentos fabricados, ou seja, não contempla os alimentos para consumo imediato.

Todos tem direito a ser melhor informados sobre tal circunstância, qual seja, a da presença de lactose e glúten nos alimentos que irão ingerir, para que possam prevenir-se adequadamente, evitando um mal maior.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida da presente proposição e aprovação, dado o alcance social que a medida representa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 865/11

Projeto de Lei nº 865/11

Autor: Deputado HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose nos cardápios de restaurantes, bares e similares.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRESENÇA DE GLÚTEN E LACTOSE NOS CARDÁPIOS DE RESTAURANTES, BARES E SIMILARES. DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO E À PROTEÇÃO DA SAÚDE. ART. 6º, INCISOS I e III, CDC. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior, visa dispor sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose no cardápio de restaurantes, bares e similares, objetivando oferecer aos portadores de doença celíaca e intolerantes a lactose, melhores condições de inserção na sociedade, considerando, ainda, a necessidade da grande maioria das pessoas se



alimentar em restaurantes, lanchonetes e outros. Dessa forma, o portador das doenças acima citadas não seriam privadas de frequentar tais estabelecimentos.

FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

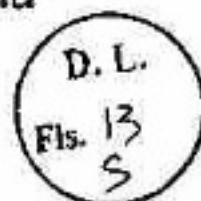
Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, incisos V e XII, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)

(grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, incisos V e XII:



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

saúde;

XII - previdência social, proteção e defesa da

(grifo nosso)

Conforme justificativa do autor os portadores de doença celíaca tem muitas dificuldades para o tratamento e para a avaliação da doença. A informação sobre a existência de glúten nos alimentos, trata de importante auxílio aos portadores da doença, já que essas pessoas, ao se alimentarem em restaurantes, bares, etc, tem o risco de ingerir alimento que pode lhes causar graves sérios, já que não tem pleno conhecimento dos ingredientes ali contidos.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR no Brasil, cita os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, conforme incisos I e III.




Dessa forma, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

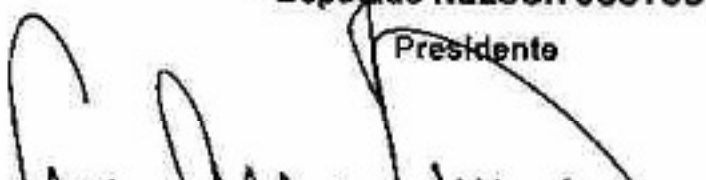
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e da técnica legislativa.

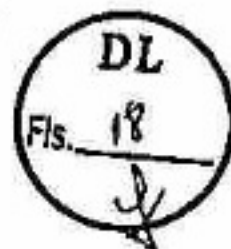
Sala das Comissões, 13 março de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CARLO QUINTANA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 865/11

Projeto de Lei nº. 865/11
Autor: Dep. Hermas Brandão Júnior.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRESENÇA DE GLÚTEN E LACTOSE NOS CARDÁPIOS DE BARES, RESTAURANTES E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposta objetiva a proteção da saúde do consumidor, na medida em que permite a observância a presença de glúten ou leite animal nos alimentos, bem como o conhecimento de cada um dos ingredientes componentes dos pratos e das bebidas comercializados por restaurantes, bares, lanchonetes e similares, evitando que pessoas portadoras de intolerâncias alimentares temporárias ou permanentes, tais como intolerância a lactose ou a glúten, por exemplo, venham a ingerir, inadvertidamente, alimentos em cuja composição tenham sido utilizados ingredientes que lhes sejam danosos. a inscrição em cardápios ou avisos impressos dos ingredientes utilizados na confecção de cada prato ou bebida dá autonomia de escolha ao consumidor, evitando os riscos subjacentes às explicações, nem sempre precisas, prestadas por comerciantes, garçons e *metres* quanto à composição dos pratos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.



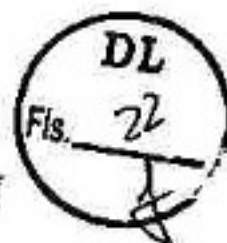
Deputado **ANDRÉ BUENO**
Presidente



Deputado **TOMINHO VANDSCHEER.**
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 865/2011

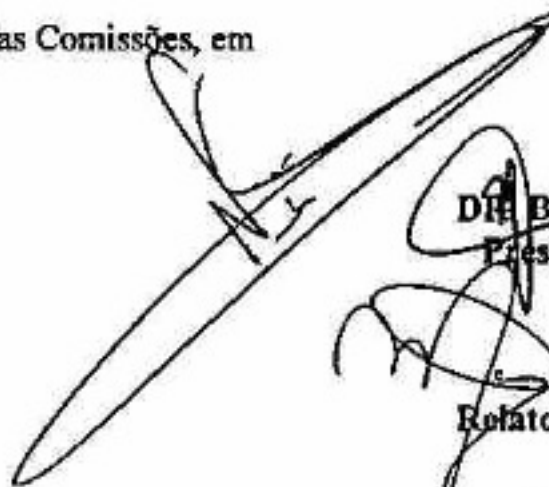
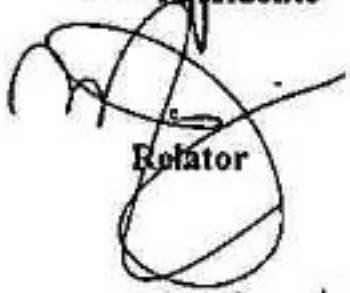

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, dispõe sobre a obrigatoriedade da especialização e divulgação de presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes e similares.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de informar sobre tal circunstância, qual seja, a da presença de lactose e glúten nos alimentos que irão ingerir, para que possam prevenir-se adequadamente, evitando um mal maior.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em


DR. BATISTA
Presidente

Relator




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adalino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Claiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro

D. L.

24

Parecer ao Projeto de Lei no. 865/2011

Autor: Deputado Hermas Brandão Junior

Sumula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes e similares.

Justificativa: Informar aos consumidores que são portadores da doença celíaca acerca existência de produto nocivo à sua saúde em alimentos a serem ingeridos

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Saúde Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D.L.
Fls. 25

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Claiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mallo e Deputada Rosa Lúcio

Parecer:

O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 07 de 08 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

Deputado Nereu Moura

Relator



Dep. Rasca Rodrigues
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 958/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

Anauto
1º Secretário

SÚMULA: Disciplina no âmbito do território paranaense a identificação dos Profissionais de Educação Física, contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos Artigos. 2º. Incisos I, II, III e 3º, da Lei Federal 9.696, de 1º de setembro de 1998 e da Resolução 052/2002 do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), e adota outras providências.

Artigo 1º - Ficam disciplinados obrigatoriamente todos os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto a fixarem quadro informativo contendo: nome, função que exerce e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF), do(s) Profissional(is) responsável(is) pela(s) modalidade(s) ali desenvolvida(s), em conformidade com os Artigos 2º, Incisos I, II, III e 3º, da Lei Federal 9.696, de 1º de setembro de 1998, e da Resolução 052/2002 do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF).

§ 1º A fixação e exposição do determinado pelo "caput" do Artigo, deverá ser feita, em local visível ao público, bem como conter telefone do Estabelecimento e do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná (CREF9/PR).

14:52 07/12/2011 010143 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

A



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03
6

§ 2º - As dimensões do quadro informativo não serão inferiores a 1 metro de comprimento, por 80 centímetros de altura, ou 80 centímetros de comprimento por 1 metro de altura.

§ 3º - As informações constantes do quadro informativo, nome do profissional, função que exerce e número do registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF), devem estar prestadas de forma clara, com letras e números legíveis, e em tamanho que permita a fácil leitura e entendimento dos cidadãos.

Artigo 2º - São considerados estabelecimentos ligados às áreas da atividade física e do desporto:

I – Academias de atividades físicas e desportivas;

II – Clubes desportivos, recreativos e de lazer;

III – Escolas de iniciação desportiva;

IV – Outros estabelecimentos que ministrem, ou venham ministrar atividades físicas e desportivas, ou similares em funcionamento no Estado do Paraná.

Artigo 3º - Não estarão sujeitos a obrigatoriedade tratada pelo Artigo 2º da presente lei, os estabelecimentos mencionados no Parágrafo Único da Lei nº 14.035 de 20 de março de 2003,

Parágrafo Único: Desde que os mencionados pelo "caput" do Artigo (estabelecimentos que ministram artes marciais) não tenham firmado convênio de livre e espontânea vontade com o Sistema CONFEF/CREF's.

R



Artigo 4º - As despesas decorrentes da confecção, fixação e manutenção da atualização das informações dos quadros informativos de que trata o Artigo 1º, correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

Artigo 5º. Sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis, as pessoas físicas e jurídicas que descumprirem o disposto nesta lei, ficam sujeitas a multas e outras implicações dispostas em regulamento.

Artigo 6º. O Governo do Estado, através de órgão competente, elaborará em conjunto com o Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região - Estado do Paraná (CREF9/PR), normas reguladoras e fiscalizadoras à aplicação desta lei, em prazo não superior a 90(noventa) dias.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2011


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



JUSTIFICATIVA:

A partir da regulamentação da profissão de Educação Física, através da lei nº 9.696 de 1998, ficaram estabelecidas todas as competências do graduado em Educação Física, que pode atuar de maneira ampla na área das atividades físicas. PEREIRA (1988, p.120) *assegura sobre a participação do profissional no desenvolvimento de sua profissão, e que este tem o direito de trabalhar em tudo o que se refere à cultura física e esportes.*

Porém é necessário lembrar, que em fevereiro do ano de 2004, a nova concepção e a proposta de organização para a formação de Professores da Educação Básica, atingiram substancialmente a tradição da formação do Professor e do Profissional de Educação Física, na medida em que ganhou com a determinação da nova legislação, terminalidade e integralidade própria, constituindo projetos específicos, exigindo assim a definição de currículos próprios para a Licenciatura e para o Bacharelado, diferenciando-os da antiga formação. Essa nova realidade trouxe a tona diferentes assuntos e expressões que vem sendo defendidos e utilizados pela comunidade da Educação Física, com o propósito de definir seu atual objeto de estudo e de intervenção acadêmico-profissional. Dentre alguns termos e expressões, podemos destacar: o exercício físico, a atividade física, o movimento humano, a atividade recreativa, dentre outras. A RESOLUÇÃO CONFEF nº 046/2002, em seu Artigo 1º, Trata das disposições de Intervenção do Profissional de Educação Física,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



suas respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional.

"Art. 1º - O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações - ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo."

Essas ações e o fato da Profissão de Educação Física ser hoje um dos instrumentos disponíveis à sociedade moderna no que tange a qualidade de vida, possibilitando ao cidadão o resgate do movimento, esquecido pela comodidade proporcionada pelo conforto tecnológico existente na vida contemporânea, num mundo regido por controles remotos, telefones sem fio, automóveis, computadores e internet, acabaram por deixar o ser humano cada vez mais acomodado e sedentário.

Vale lembrar que praticar uma atividade física sem a orientação profissional adequada, pode trazer danos sérios e até irreversíveis à saúde do indivíduo. Grande parte da população que faz uso dessa prática possui hábitos sedentários, o que aumenta consideravelmente as possibilidades de problemas



cardiovasculares, lesões musculares, problemas articulares, dentre outros. Segundo DANTAS (2000), a busca pela aptidão física para a saúde começou a partir da década de 60, quando correr virou moda, mesmo que de forma desorientada e os prejuízos para a saúde eram ignorados. Todos corriam, sedentários, atletas, doentes sem que houvesse uma avaliação prévia das condições de saúde de cada indivíduo. Outro fator a ser observado, é que nesses casos poucas pessoas praticam uma atividade em que se possa ter a certeza de que os resultados serão benéficamente satisfatórios, pois grande parte dos indivíduos pratica a atividade física de forma indiscriminada em detrimento ao exercício físico. NAHAS (2001) descreve a atividade física como sendo todas as formas de movimentação corporal, com gasto energético acima dos níveis em repouso. Inclui: exercícios físicos e esportes, deslocamentos, atividades laborais, afazeres domésticos e outras atividades físicas no lazer. A presença do Profissional de Educação Física é essencial na detecção dos problemas existentes, na formulação da forma correta da execução da atividade física, e na projeção dos resultados pretendidos, respeitados os princípios da individualidade.

Diante dos fatos existentes é necessário que sejam criadas ações que aproximem cada vez mais o Profissional de Educação Física da população, possibilitando assim a criação de uma imagem mais verdadeira da profissão que não esteja tão distante do grande público. O CONFEF, juntamente com os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), vem realizando um trabalho extraordinário na tentativa de mudar essa realidade, com resultados significativos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Mas podemos fazer mais, por acreditar que ações sérias e legislação adequada, que funcionem como métodos que garantam o cumprimento dos dispositivos Constitucionais estabelecidos no Artigo 24, Inciso IX da Carta Magna, e no Artigo 13, Inciso IX da Constituição do Estado do Paraná, é que apresento essa propositura. Que visa disciplinar obrigatoriamente todos os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto a fixarem quadros informativos contendo: nome do Profissional de Educação Física, função exercida e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF), do(s) Profissional(is) responsável(is) pela(s) modalidade(s) desenvolvidas nestes locais, bem como informações sobre o estabelecimento que presta os serviços e do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região, proporcionando à população interessada o conhecimento de seus direitos em receber orientação qualificada de profissional competente. A proposta vem complementar a Lei Federal 9.696, de 1º de setembro de 1998, Artigos 2º, Incisos I, II, III e 3º, e a Resolução 052/2002 do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF).

Por ser assim, solicito os o apoio dos nobres pares com assento nesta casa de Leis na aprovação desta matéria.

R



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 958/11

Projeto de Lei n.º 958/11

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Súmula: Disciplina no âmbito do território paranaense a identificação dos profissionais de educação física, e adota outras providências.

EMENTA.: IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTABELECIMENTOS ESPECIFICADOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 24 CF. ARTS. 13, 65 E 124 DA CE. ART. 6º E 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Rasca Rodrigues, objetiva estabelecer que os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas à área de atividade física e desporto a fixarem quadro informativo contendo nome, função que exerce e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física, pelo profissionais responsáveis pelas modalidades desenvolvidas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1995 e alterações posteriores.

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por conseguinte, por analogia, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, Incisos V e VII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e a informação ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

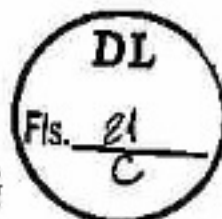
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto corresponde ao direito do consumidor à informação.

Ressalta-se que a Constituição do Estado do Paraná vem exatamente no mesmo sentido determinar que é de competência concorrente entre a União e Estado dispor sobre consumo e desporto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 13. **Compele ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

(...)

V - produção e consumo;

(...)

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, usando por analogia ao caso concreto, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, podendo ser usada por analogia, sendo vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Continuando a análise do Código de Defesa do Consumidor, temos no artigo 31, sendo vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, o mesmo possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Diante do exposto, o Projeto está dentro da constitucionalidade exigida.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 DE ABRIL DE 2011.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado TADEU VENERI

Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/n - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 958/2011

Súmula: Disciplina no âmbito do território paranaense a identificação dos profissionais de educação física, e adota outras providências.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues objetiva estabelecer que os estabelecimentos que exerçam atividades ligados à área de atividade física e desporto a fixarem quadro informativo contendo: nome do profissional, função que exerce e o número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física.

Muito embora já vencida a questão da constitucionalidade da matéria, vale ressaltar que a Constituição Federal, artigo 24, incisos V e VII, possibilita ao Estado, de forma concorrente, legislar sob direito do consumidor e informações pertinentes a esse tema.

Com relação à educação, é certo que os estabelecimentos ligados à área de atividade física e desporto não serão onerados pelo fato de terem de se adequar às novas exigências e ao fazê-lo certamente estarão demonstrando aos seus clientes respeito e responsabilidade com a saúde de todos.

Dessa forma, entende-se como ~~mentira~~ a presente proposta do nobre Deputado Rasca Rodrigues, razão pela qual opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões em, 21 de maio de 2012.


OSMAR BERTOLDI

Presidente da Comissão


PR. EDSON PRACZYK

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Esportes



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 958/11

O presente Plano de Lei, de autoria do Nobre Deputado Rasca Rodrigues, tem como objetivo disciplinar no âmbito do território Paranaense a identificação dos profissionais de Educação Física, contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme especifica.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Tadeu Veneri e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Na sequência a matéria seguiu para a douta Comissão de Educação que por meio de seu Relator Deputado Pr. Edson Praczyk, também exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Esportes, cumprindo as determinações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-S, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa do Nobre Deputado Rasca Rodrigues.

Cumpre salientar que o Regimento Interno desta Assembleia, por meio do art. 124, assegura a competência do nobre deputado para propor matérias dessa natureza.

Saliento ainda, que a nossa Carta Estadual, em seu art. 65, também garante ao parlamentar desta Assembleia a iniciativa da referida proposta. Assevera ainda, o autor, que as despesas decorrentes dessa Lei, correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

De igual modo, constata-se na própria justificativa do autor que medidas como a presente garantem o cumprimento dos dispositivos constitucionais tratados no art. 24, Inciso IX da Carta Magna, e ainda no art. 13, Inciso IX da Carta Estadual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
Comissão de Esportes



Por fim, assevero que o Projeto de Lei em questão, está em consonância com a Lei nº 8.078/1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor em nosso País.

Isto posto, e não encontrando nada que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, apresento o devido parecer **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões em 13/06/12

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR

Eugênio
Walker



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 958/11

Projeto de Lei nº. 958/11

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

SÚMULA: DISCIPLINA NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO PARANAENSE A IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei passou com parecer favorável nas seguintes comissões: Constituição e Justiça, Educação e Esportes. O professor de educação física é a pessoa teoricamente preparada para atuar com atividades que envolvem a relação corpo e movimento, capaz de planejar, conduzir e avaliar atividades que promovam a ampliação do acervo motor da criança e jovens, bem como a melhora de suas capacidades físicas e motoras, visando sempre o acréscimo de sua qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2012.


Deputado **ANDRÉ BUENO**
Presidente


Deputado **TONINHO WANDSCHEER**
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 054/12

Ementa: Institui a Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso).

LIDO NO EXPEDIENTE

DO PROJETO DE APOIAMENTO D.L.

Em 29 FEV. 2012

1º Secretário

Art. 1º Fica instituído a Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso) a ser realizado na 1ª semana do mês de agosto, com o objetivo de conscientizar homens e mulheres, especialmente os acima de 50 (cinquenta) anos, sobre os exames e diagnósticos preventivos.

Parágrafo único - São os seguintes exames preventivos que trata este artigo, os quais serão realizados anualmente ou a critério do órgão médico competente:

- I - Exame de sangue oculto nas fezes;
- II - Exame digital do reto;
- III - Retosigmoidoscopia;
- IV - Enema Opaco (Raio-X contrastado do Intestino Grosso);
- V - Colonoscopia
- VI - Outros que se fizerem necessários para a consecução do diagnóstico.

Art. 2º A campanha que trata o artigo anterior será executada nos Postos de Saúde da Cidade de Curitiba e juntamente com os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 3º o Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.



Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 5 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro 2012.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Estima-se que para o ano de 2020, o número de casos novos anuais seja de ordem de 15 milhões, sendo que cerca de 60% desses novos casos ocorrerão em países em desenvolvimento e, um terço de casos novos de câncer que ocorrem anualmente no mundo poderiam ser prevenidos. No Brasil, as estimativas para o ano de 2008, válidas para o ano de 2009, apontam que ocorrerão 466.730 casos novos de câncer (INCA, 2008).

Neste país, o câncer colorretal é o 4º tumor maligno mais frequente para ambos os sexos. Na cidade de Curitiba estima-se que ocorrerão 470 novos casos de câncer colorretal. E sua incidência aumenta significativamente nas pessoas com mais de 50 anos mas as possibilidades de desenvolvimento já aumentaram a partir dos 40 anos (OTTO, 2002).

Taxas de sobrevida em 5 anos de 40% para os casos

operáveis, sendo a sobrevida global de apenas 25%, devido principalmente à falta de diagnóstico precoce.

Fls. 52

Podemos separar os tumores do intestino grosso, de modo simplista, do ponto de vista genético, em dois grandes grupos: os esporádicos, ou seja, que ocorrem sem um caráter familiar, correspondendo à cerca de 85% dos casos, altamente relacionados ao alto consumo de gordura animal e ao baixo consumo de fibras vegetais, incidindo em torno dos 60 anos de idade, com preferência para o lado esquerdo do intestino; e os hereditários, ou seja, que ocorrem devido a um defeito genético herdado por uma família, geração após geração. Neste grupo de pacientes, a dieta não é fator importante, não existe preferência pelo lado esquerdo do cólon e a incidência ocorre em idades mais precoces, desde os 20 anos. A principal característica clínica deste grupo é a presença de várias pessoas dentro de uma mesma família com câncer de intestino (CHURCH, J.M, 1997).

O resultado do tratamento do câncer do cólon e do reto está diretamente relacionado ao diagnóstico precoce, ou seja, quanto mais cedo se faz o diagnóstico, maior o índice de cura, chegando-se a mais de 90% nos casos iniciais. Nos últimos anos, com o rápido e crescente desenvolvimento das técnicas de biologia celular e molecular em laboratórios, chegou-se até a localização e identificação dos defeitos genéticos específicos de pelo menos duas das principais síndromes hereditárias do intestino grosso, a polipose adenomatosa familiar e o Câncer Colorretal Hereditário Sem Polipose, (FAP e HNPCC, respectivamente). Sua transmissão se faz de geração para geração, seguidamente, sendo que cada filho de um casal com um dos membros acometido tem uma chance de 50% de herdar o defeito genético e, conseqüentemente, a doença (CHURCH, J.M. 1997; VOGELSTEIN, 1988). Quase sempre ele inicia através de um pólio que cresce na parede do intestino e que pode se transformar em câncer com o passar do tempo. Quando um pólio é retirado do intestino durante o exame colonoscópico, está se impedindo que ele se transforme em câncer. Portanto, o câncer do intestino

pode ser prevenido removendo-se o pólipo antes que ele se transforme em câncer, sem precisar de cirurgia.



Idade maior que 50 anos torna qualquer pessoa mais sujeita ao aparecimento deste câncer. Algumas situações aumentam este risco:

- Pólipos benignos.
- Câncer do intestino.
- Retocolite Ulcerativa ou Doença de Crohn
- Câncer de mama, ovário ou útero.

Os tumores do intestino em geral, crescem de forma silenciosa. Os sintomas só aparecem quando estão mais desenvolvidos. É recomendado consultar médico especializado sempre que notar os seguintes sintomas ou sinais:

- Sangramento anal;
- Sangue nas fezes;
- Alteração do hábito intestinal, ou seja, diarreia e obstipação alternados;
- Vontade freqüente de ir ao banheiro, com sensação de evacuação incompleta (puxos). Dor ou desconforto abdominal;
- Fraqueza;
- Anemia;
- Sensação de gases ou distensão abdominal;
- Perda de peso sem causa aparente.

Com esse objetivo, apresentamos a presente proposição que institui a Semana Estadual de Prevenção ao Câncer Colorretal (Intestino Grosso), com a

finalidade de aumentar o senso de percepção de risco da sociedade Curitiba e Paranaense, através da promoção e elaboração de campanhas educativas e ações preventivas destinadas a evitar ou minimizar a incidência deste tipo de doença em nossa Capital.

D. L.
7
N

Por todo exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei, contando com a costumeira aquiescência da Presidência e dos Nobres Pares desta Casa.

O PARECER

A Instituição de programas de prevenção pela rede estadual são ações que visam o bem da população, e tornam-se ainda mais importante quando são estendidas para as doenças malignas, pois hoje sabemos que inúmeras podem ser evitadas pela prevenção, como o câncer de pulmão, o câncer de colo de útero, o câncer de próstata, o câncer de mama, para citar alguns exemplos.

O câncer colorretal pode e deve ser prevenido através de programas de saúde pública, e sua prevenção esta bem estabelecida por protocolos definidos já de longa data.

Em relação ao Projeto de Lei ora discutido, é necessário apenas o alerta de que nem todos os postos de saúde municipais do estado do Paraná, hoje, têm condições de realizar o programa da forma como está proposto.

É fundamental que se capacitem os profissionais que estarão na linha de frente deste programa, assim como um mutirão com serviços credenciados junto ao gestor, principalmente os da linha de atendimento oncológicos e de exames complementares, para uma maior resolutividade no tratamento.



Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para
aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermes Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 054/2012

Projeto de Lei nº 054/2012

Autor: Deputado Estadual Dr. BATISTA

Síntula: Cria a "Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso)", a ser realizada na 1ª semana do mês de Agosto, ficando incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERIR NO CALENDÁRIO ESTADUAL A SEMANA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DO COLORRETAL (INTESTINO GROSSO), A SER REALIZADA NA 1ª SEMANA DO MÊS DE AGOSTO. **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO DO PARANÁ PARA LEGISLAR SOBRE A DEFESA DA SAÚDE, ARTS. 13, XII E ART. 167, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

PRÉAMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva inserir no Calendário Estadual a "Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso)", a ser realizada, anualmente, na 1ª semana do mês de Agosto.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermes Junior



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 23, II, diz que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Nesse aspecto, aponta o artigo 24, XII, do mesmo diploma legal que, que compete à União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde, conforme abaixo se denota:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

O artigo 13, XII, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, estabelece em sua redação que, compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde. E, nesse mesmo prisma, corrobora o artigo 167, senão vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 167. A saúde e defesa de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Com referência aos artigos acima expostos, nas palavras do eminente constitucionalista JOSÉ AFONSO DA SILVA, "A saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. O direito a saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperem". (SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3ª ed., Malheiros, São Paulo).

No que tange a admissibilidade do presente projeto, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o qual descreve que:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 deslha:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Importante ressaltar que, em consulta ao Instituto Nacional de Câncer - INCA, verifica-se que o **Dia Nacional de Combate ao Câncer** foi criado através da portaria do Ministério da Saúde GM sob nº. 707, de 7 de dezembro de 1988, com a finalidade de evocar o importante significado histórico das entidades de combate ao câncer, de consagração aos inumeráveis e valiosos serviços prestados ao país e proporcionar importante mobilização popular quanto aos aspectos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

DL
fls. 20
5

educativos e sociais na luta contra o câncer. Ele é comemorado todos os anos, no dia 27 de novembro, com um tema diferente.

No mesmo sentido, em 1998, criou-se o Dia mundial do combate ao Câncer, comemorado todos os anos no dia 08 (oito) de Abril, com vistas a sensibilizar as populações de risco e portadores assintomáticos de pólipos e câncer precoce através de campanhas de conscientização e prevenção.

Todavia, as datas acima citadas - dia 27 de novembro e dia 08 de Abril -, não possuem nenhum conteúdo normativo, com força de lei, que disponha sobre o tema de que tratam.

Desta forma, considerando-se que a matéria abordada no presente projeto não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício formal de procedimento atusivo a sua iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todas as requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

cauto Quintana
vice

HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Edifício Pres. Tancredi Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 54/2012
Autor: Deputado Dr. Batista

Ementa: Institui a Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso).

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista tem como finalidade instituir a Semana Estadual de Prevenção ao Câncer do Colorretal (Intestino Grosso), que será realizado na 1ª semana do mês de agosto.

Com a proposta legislativa o seu autor pretende criar esse programa para conscientizar homens e mulheres, em especial os acima de 50 anos, para se prevenirem contra essa grave doença.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para examinar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sendo assim, por entender que assunto tratado no Projeto de Lei nº 54, de 2012, atende aos aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, sou pela tramitação do referido projeto.

III - CONCLUSÃO E PARECER

Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 54, de 2012.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Presidente Comissão

Adelino Ribeiro Silva
Relator